

O Urbano: Uma Reflexão Sócio-Histórica

Fabiana Aguiar de Oliveira*

Resumo: O artigo aborda aspectos da constituição do urbano, situando-os no quadro das raízes históricas da ascensão do capitalismo industrial, sem contudo limitá-los à reflexão do eixo espaço-temporal da cidade industrial, mas sim buscando, no percurso histórico da transição da cidade agrária para a comercial e desta para a industrial, as bases que forjam as formas e os conteúdos da sociedade urbana. Trata-se de um ensaio elaborado a partir de estudo bibliográfico sobre a abordagem da vida urbana pelo pensamento dialético. A conclusão é que a categoria *urbano*, como objeto de estudo e prática social, vincula-se tanto à produção e à reprodução do capital quanto à luta de classes. A compreensão das particularidades das sociedades urbanas está atrelada também ao percurso de cada Estado-nação no que concerne à sua formação sócio-histórica e aos caminhos trilhados por cada país rumo à industrialização e à urbanização do seu território.

Palavras-chave: Cidade; urbano; território.

Abstract: The article deals with the constitution of the urban in the context of the rise of industrial capitalism. The analysis departs from the transition of city land to commercial and then to the industrial city, searching for the historical foundations of urban society. Yet the paper discusses the urban category as object of study and social practice related to both production and reproduction of capital within class struggle. The understanding of the singularities of urban societies is tied also to the pathway of each Nation-state toward industrialization and urbanization.

Keywords: City; urban; territory.

Introdução

O presente artigo propõe-se a uma reflexão sobre a constituição do urbano no Ocidente e a História é o espaço dessa incursão para compreender-se a formação do fenômeno da urbanização na sociedade industrial. Para tanto, buscam-se nas raízes das cidades agrária, comercial e industrial as conexões políticas, econômicas e sociais que conduziram à decadência do agrário frente ao industrial, aos fluxos migratórios do homem do campo para as cidades e à ascensão das formas e dos conteúdos baseados no capitalismo, trazendo à tona os impactos desse processo

.....
*Assistente Social. Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campi São Borja. Endereço postal: Rua Alberto Benevenuto, 3.200, São Borja, Rio Grande do Sul, CEP: 97679.000. Endereço eletrônico: fabi.aguiaroliveira@gmail.com.

no tecido social, desde a execução da lei dos cerceamentos até a contemporaneidade.

Assim, tem-se como objetivo central pontuar o estado da arte sobre a temática em questão, dividindo-se as reflexões deste artigo em dois itens. No primeiro, percorre-se o eixo espaço-temporal do urbano na sociedade ocidental. Essa trajetória histórica perpassa a conformação da cidade política, desta para a comercial e desta última para a industrial até a constituição da sociedade urbana, lugar onde a maior parcela da classe trabalhadora, após a Revolução Industrial, passou a viver e a sobreviver, marcando suas vidas pelo pauperismo e pela destruição social. Esse contingente populacional que buscou nas cidades melhores condições de vida acabou por experimentar novas manifestações de exploração sob a égide do capital, que tem como uma de suas características a (re)produção da pobreza proporcional à concentração da riqueza nas mãos da burguesia ascendente.

No segundo item, problematizam-se algumas manifestações de desigualdades socioterritoriais do solo urbano, bem como o seu contraponto, forjado pelas formas de luta da classe trabalhadora. Para isso, busca-se, a partir dos elementos pobreza, indústria e resistência, reconhecer as contradições que transformam as cidades em palco da miséria, da reprodução do capital nas indústrias e ainda de confronto entre aqueles que visualizam a cidade como mercadoria e os que lutam para que ela seja um espaço de vida.

Finaliza-se com algumas considerações que sinalizam a relevância da análise sócio-histórica do fenômeno urbano a partir de uma leitura complexa, que leve em consideração os níveis e as dimensões desse fenômeno, assim como a fundamental utilização da categoria *território* para o desvendamento das particularidades das desigualdades socioterritoriais e das formas de resistência nas cidades da sociedade capitalista.

1. O Percurso Histórico do Urbano na Sociedade Ocidental

A compreensão do urbano como objeto de estudo e prática social, ou seja, como práxis urbana,¹ exige que se busque no processo histórico a própria constituição da cidade e as formas de relação que se forjaram entre esta e o espaço rural. Para percorrer esse caminho “da cidade à sociedade urbana”, evita-se o evolucionismo, mas reconhece-se a existência de um eixo espaço-temporal para a análise desse processo, que perpassa a formação da cidade política, passando pela cidade comercial e desta à cidade industrial, a caminho dos fenômenos que caracterizam a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).

No marco zero desse eixo, encontra-se a constituição da cidade política,² que nasceu no bojo da superação da agricultura como coleta, como um impulso

¹ No prefácio da obra de Lefebvre, *A revolução urbana* (1999), é destacada sua relevância e sua atualidade, sendo afirmado e descrito que há “[...] uma práxis urbana com sua racionalidade própria, para que a História exista de fato como produto de nossa ação concreta, como campo de possíveis sobre o qual deliberamos e fazemos nossas escolhas” (MARTINS, 1999, p. 11).

² Lefebvre define como ponto inicial de sua linha temporal rumo à urbanização da sociedade ocidental, logo após a organização dos primeiros grupos humanos, a cidade política, pois a inversão do rural para a cidade ocorre num processo gradual de ruína da hegemonia do agrário para a ascensão do urbano, que perpassa tanto o modo de produção escravista quanto o feudal (LEFEBVRE, 1999).

autoritário dos centros urbanos ocupados por conquistadores, que se foram tornando seus protetores e exploradores – esses são alguns dos fundamentos de um esboço de Estado. Foi nessa cidade que a vida, tanto na agricultura quanto na aldeia, passou a ser organizada. Povoada por sacerdotes, guerreiros, príncipes nobres e chefes militares, ela era ordem e ordenação, prescindia da escrita e de uma linguagem específica para estruturar seus mecanismos de controle e burocracia da vida social, a exemplo das cobranças de taxas e inventários. No aspecto econômico, havia o artesanato e as trocas vinculadas a artefatos de guerra, porém essas trocas eram efetuadas fora dos muros da cidade, com estrangeiros, sendo esses considerados pessoas suspeitas (LEFEBVRE, 1999).

A integração do comércio ao círculo da cidade aconteceu na cidade comercial, ou mercantil, com a inclusão de mecanismos de circulação de produtos que foram mudando a arquitetura, a linguagem e as relações sociais que se estabeleciam nesse meio. A praça, lugar do encontro político, da Ágora, da Igreja, cedeu espaço para a praça do comércio, ponto de encontro para as trocas, o que significa dizer que as relações mercantis passaram a ser função urbana, ou, dito de outra forma, o urbano também passou progressivamente a viver em função destas:

No século XIV, acredita-se ser suficiente estabelecer um mercado e construir lojas, pórticos e galerias ao redor da praça central, para que os mercadores e compradores afluam. Senhores e burgueses edificam, então, cidades mercantis nas regiões incultas, quase desérticas, ainda atravessadas por rebanhos e seminômades transumantes. [...] De todo modo, a cidade mercantil tem lugar, no percurso, depois da cidade política (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Nesse período, ainda se observa o primado do campo em relação à cidade, pois essa “[...] conservava, em relação aos campos, um caráter heterotópico marcado tanto pelas muralhas quanto pela transição dos *faubougs*” (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Entretanto, a cidade política resistiu com todas as suas forças a essas mudanças, num movimento e contramovimento que marca a passagem da sociedade escravista para a feudal – porém ambas estavam calcadas no agrário. Esse caminho foi trilhado pelos homens expulsos das terras comunais e forçados a migrarem para as cidades por intermédio de mecanismos legais, como a lei dos cercamentos, na Inglaterra, berço do capitalismo original, durante o primeiro período Tudor.³ Esses cercamentos transformaram as terras aráveis, que eram comuns aos senhores e servos da antiga relação feudo-vassálica, em pastagens de carneiros para a tecelagem de algodão.

Destaca-se, ainda, que:

Essa prática [dos cercamentos] era legalmente utilizada e permitida pelo Parlamento inglês desde o século XVI e foi intensificada no século XVIII, causando a eliminação dos *yeomen* e

³ A Dinastia de Tudor (1485-1603).

dos arrendatários. Os cercamentos provocaram também um brutal desemprego na área rural, com os camponeses e suas famílias perdendo os lotes de onde tradicionalmente tiravam o seu sustento. Em algumas paróquias, o simples anúncio de editais para o cercamento gerava revoltas e tentativas para que não fossem afixados nas portas das igrejas. As próprias autoridades encarregadas pelo Parlamento de realizar os *enclousures* [cercamentos dos campos] revelavam a tragédia: [...] A acumulação das terras em mãos de poucos proprietários está atestada nos documentos da época (COULON e PEDRO, 2009, p. 2).

Esse movimento foi considerado uma “revolução dos ricos contra os pobres” (POLANY, 2000, p. 53) e contribuiu substancialmente para o “estabelecimento da indústria têxtil, veículo para a Revolução Industrial” (POLANY, 2000, p. 55).

A transição da forma servil de trabalho para a livre não ocorreu sem tensões, e estratégias políticas e ideológicas foram utilizadas por parte dos senhores e dos nobres para defenderem seus interesses, pois mantinham seu *status* assentado nas estruturas econômica e social da sociedade feudal. Entre esses mecanismos, podem-se evidenciar as medidas legislativas, materializadas nas práticas protecionistas, que tinham efeitos contraditórios nos âmbitos econômico, social, político e cultural da época. Esse protecionismo levou às mudanças necessárias para a transição do feudo à cidade industrial, amenizando as consequências que esse processo gerava no tecido social, tornando essas mudanças suportáveis tanto para os servos quanto para os nobres e conduzindo uma lenta metamorfose nas relações de trabalho para a conformação do mercado livre (POLANY, 2000).

Esses fatos revelam o histórico jogo de poder entre o Estado, as classes dominantes e os demais sujeitos sociais, configurando o postulado de que a história do homem é a história da luta de classe (MARX e ENGELS, 2006). E as contraprovas disso estão no solo dos territórios, tanto no rural quanto na cidade, no uso e no acesso que os sujeitos fazem dos espaços socioterritoriais em cada época.

Historicamente, observa-se uma transição contraditória e tensa entre os campos do rural, da indústria e do urbano. A inversão de sentido da primazia do racionalismo camponês para o urbano aconteceu entre os séculos XVI e XVII, quando a cidade deixou de ser uma “ilha urbana num oceano camponês”, marcando, assim, o nascimento da imagem da cidade industrial. Essa inversão de sentido não pode ser descontextualizada do crescimento do capital comercial e do mercado, ou seja, do entendimento da “cidade comercial implantada na cidade política”. Entretanto, essa nova cidade tinha como característica central o surgimento do capital industrial (LEFEBVRE, 1999).

Mas a história revela também uma ligação ambígua entre a criação da cidade industrial e a emergência da própria indústria. A industrialização estava ligada à “*nãocidade*”, pois a indústria se instalou considerando muito mais o acesso às fontes de energia, às matérias-primas e à mão de obra. Porém, nesse processo de busca pelas condições mais favoráveis de utilização dos fatores de produção, as indústrias alcançaram as cidades preexistentes ou formaram novas. Esse caminho mostra o:

Estranho e admirável movimento que revela o pensamento dialético: a não cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria (LEFEBVRE, 1999, p. 25).

Isso implica entender as conexões entre esses campos para não minimizar a concepção do urbano como sinônimo de cidade industrial. Esses três campos, ou épocas, são fenômenos sociais, assim como sensações e percepções de tempo e espaço, de imagens e conceitos, de linguagem e comunicação, de racionalidades, de teorias e práticas sociais – ou seja, o urbano é concreto e representação, objetividade e subjetividade.

Podem-se relacionar esses campos a uma tríade composta pelos conceitos de necessidade, $\frac{3}{4}$ que correspondem ao período agrário $\frac{3}{4}$, trabalho $\frac{3}{4}$ ao industrial $\frac{3}{4}$ e fruição $\frac{3}{4}$ ao urbano. Ao campo rural dizem respeito as formas de propriedade fundiária, tribais e depois feudais e à cidade correspondem a formas de propriedade corporativa e depois industrial. No que se refere ao campo industrial, este substitui as “[...] particularidades naturais, [...] por homogeneidades metódicas da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia” (LEFEBVRE, 1999, p. 42). Tudo objetiva a legitimação a lógica da mercadoria conduzida pelo capitalismo e pela burguesia. Diferentemente da perspectiva homogeneizadora da cidade industrial, a era urbana é fruição e aparece como conjunto de seus contrastes e oposições, distinguindo os lugares, os nãolugares, a presença-ausência (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Ao mesmo tempo, traduz-se como o lugar onde “[...] as pessoas tropeçam uma nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecer os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas” (LEFEBVRE, 1999, p. 46).

Em cada momento de transição da cidade antiga para a medieval e desta para a cidade capitalista, definem-se “zonas críticas”⁴ que mudam as formas e os conteúdos dos processos sociais que caracterizam cada época, isso no que se refere tanto aos aspectos econômicos quanto aos socioculturais. Esses três momentos⁵ correspondem às estruturas distintas na produção e na reprodução da vida, mas que guardam, no momento que os supera, muitas das qualidades do precedente. A mudança é caracterizada por “pontos cegos”, de conflito e de guerra entre o antigo e o novo, num movimento dialético de conservação e superação, o que implica “o

⁴ As zonas críticas referem-se aos momentos de transição da cidade antiga para a cidade medieval e desta para a cidade capitalista. Esses “[...] momentos de passagem, de transformação profunda nas formas e nos conteúdos sociais não alcançaram respostas satisfatórias [...] assim denominou esses momentos de ‘campos cegos’” (MENEGAT, 2008, p. 270).

⁵ “Lefebvre situou a trajetória da urbanização do Ocidental sobre um eixo temporal linear [...] cuja flecha parte de um ponto zero e direciona-se a um ponto 100, [...] identificou três momentos distintos da cidade ocidental: a cidade agrária, que correspondeu ao modo de produção escravista da Antiguidade; a cidade comercial, que correspondeu ao modo de produção feudal, no período medieval; e a cidade industrial, que emergiu na modernidade” (MENEGAT, 2008, p. 269).

esforço [...] na percepção do fenômeno da urbanização como totalidade” (MENEGAT, 2008, p. 269).

Desta forma, embora se reconheçam as especificidades de cada etapa da civilização nos modos tanto de pensamento quanto de ação e de vida, ao se analisarem as sociedades, a exemplo dos países subdesenvolvidos, observa-se uma simultaneidade entre as eras rural, industrial e urbana (LEFEBVRE, 1999; MENEGAT, 2008).

Ao se reduzir o urbano ao espaço exclusivo de valorização do capital, não se pode entendê-lo “[...] como lugar de enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (MARTINS, 1999, p.10). O conceito totalizante e complexo apresentado por Lefebvre (1999;1999a) retoma a unidade relacional entre os campos do rural e do industrial, do campo e da cidade, rompendo com a concepção dual sobre os conflitos que emergem da e na sociedade urbana. Essa visão rompe com a noção do arcaico ligado ao rural e o moderno relacionado ao industrial (OLIVEIRA, 2003), tão bem sustentada pela ideologia do progresso enraizada no movimento de expansão do capitalismo internacional. Essa perspectiva apregoa o descarte do “velho”, do passado, ou seja, fundamenta-se na crença de que o “novo” equivale não só ao melhor, mas ao absolutamente revolucionado (HOBSBAWM, 2006).

A visão fragmentada das tensões e das lutas que unem esses campos fragilizou a experiência social da classe trabalhadora, que foi construindo sua identidade muito mais atrelada ao contexto industrial do que voltada para as questões mais gerais, que envolvem a totalidade dos mecanismos de opressão que caracterizam a sociedade urbana.

Em síntese, a forma e o conteúdo do espaço urbano definem-se como:

[...] contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. [...] Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de *tudo* o que existe no mundo, na natureza, no cosmo: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos [...] todo o espaço urbano foi, é e será *concentração e poli(multi)cêntrico*. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão: multidões colossais, evacuações, ejeções súbitas (LEFEBVRE, 1999a, p. 46, grifos do autor).

Essa complexidade do fenômeno é composta por seus diferentes níveis, quais sejam: global (G); misto (M) e privado (P). O nível global é o das relações mais gerais, diz respeito aos aspectos mais amplos da estrutura urbana, tal como a organização do poder de Estado, representado pelos homens que exercem esse poder. Esses homens têm concepções políticas e ideológicas de classe sobre o espaço, projetando-se tanto para os domínios edificados (arquitetura das grandes edificações públicas) como para os nãoedificados (estrada, organização do trânsito, entre outros). O poder político tem instrumentos (ideológicos e científicos) que homogeneízam as

diferenças territoriais e que, por vezes, acabam diluindo as fronteiras entre cidade-campo, ou seja: “[...] tais sistemas unitários no nível do Estado mostram que a velha separação ‘cidade-campo’ está a caminho da desapareição” (LEFEBVRE, 1999, p. 79).

No que concerne ao nível misto, destaca-se que ele diz respeito especificamente ao urbano, à cidade, considerando-se que o nível privado se relaciona aos imóveis privados, às habitações e, sendo assim, o que está entre este e o global compõe a esfera mista, ou seja, as ruas, as praças públicas, as edificações das prefeituras. Como referido, o nível privado contempla o habitar dos sujeitos sociais, lugar onde o homem transforma a natureza e a sua natureza. Então, o nível privado apresenta-se como poesia, e o homem, como poeta,⁶ mas como criador de seu habitar é também condicionado pelas condições concretas do meio, ou seja, o “[...] homem habita como poeta. Isso quer dizer que a relação do ‘ser humano’ com a natureza, com o ‘ser’ do seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê” (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

Dessa maneira, analisam-se os níveis do fenômeno urbano a partir das suas formas-funções-estruturas e não como instâncias separadas e/ou uniformes, mas como um conjunto que revela as dimensões do mesmo. Nessa perspectiva, há de se reconhecer que cada espaço urbano apresenta suas particularidades, fruto de sua formação sócio-histórica, o que implica o reconhecimento da categoria *território* no desvendamento dos percursos e especificidades que forjam cada sociedade urbana.

O crescimento das sociedades urbanas foi-se realizando por meio de intensos processos migratórios do rural para as cidades dentro do território da nação, mas também entre os Estados-nação, que se foram agrupando em blocos econômicos sob a hegemonia das grandes potências econômicas formadas no capitalismo industrial e ainda por meio do crescimento demográfico, que está em franca ascensão desde o início do século XX.

O fenômeno do desenvolvimento tecnológico e das novas técnicas de trabalho incorporadas à produção industrial fez com que o campo passasse, cada vez mais, a se organizar em função das necessidades de industrialização dos países. O impacto do desenvolvimento das forças produtivas exercido no meio rural permitiu que se ampliasse a produtividade da terra mesmo com um número menor de trabalhadores e com uma extensão territorial menor do que a utilizada outrora (HOBBSBAWM, 2006). A migração levou um número maior de pessoas a viverem em lugares cada vez menores, pois a divisão do trabalho estabelecida “na cidade do capital” (LEFEBVRE, 1999a) condiciona também a mobilidade e o acesso ao território da cidade. Então, a qualidade do acesso ao trabalho está ligada diretamente à divisão do espaço socioterritorial, reservando aos mais pobres aqueles locais “opacos” da cidade (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Tais locais estão na cidade, mas, ao mesmo tempo, permitem acesso a ela. Para o entendimento da categoria *território* como essencial para a análise das sociedades urbanas, faz-se necessário lidar com a interface entre território e territorialidade.

⁶ Lefebvre (1999), ao fazer essa analogia entre o habitar e a poesia, evidencia a casa e a linguagem como aspectos complementares ao ser humano, com seu discurso e as realidades urbanas, manifesto nas suas diferenças e relações, secretas e/ou evidentes.

Santos e Silveira (2001) apresentam da seguinte forma a relação orgânica entre ambos:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a constituição do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19, grifos dos autores).

Ao considerar-se a categoria território, entende-se que esta seja composta por um conjunto de variáveis analíticas, tais como o uso e o acesso à ciência, à técnica e à informação, o processo de povoamento associado à ocupação econômica, o sistema de movimentos dos homens, de capitais, dos produtos, das mercadorias, a oferta de serviços, a difusão das mensagens, o estabelecimento de ordens e, sobretudo, a história da fluidez do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Evidentemente, essa reflexão exige também o conhecimento das características culturais e valorativas peculiares de cada região, seja o bairro, seja o município, seja o estado e/ou o país, bem como o próprio desenvolvimento do capitalismo em cada região do globo, isso porque o território não se limita a uma área de terra geográfica e juridicamente estabelecida. Assim, esse não é um “conceito *a priori*”, mas é construído a partir do valor de uso que os sujeitos atribuem a ele, mediante a relação (dialética) que estabelecem com o mesmo (KOGA, 2003). É nesse “espaço vivido” que as relações de opressão e resistência se estabelecem entre as classes e entre essas e o Estado, formando um tecido social permeado de conflitos.

2. Desigualdades e Resistência nos Espaços Socioterritoriais do Urbano

Como já foi apresentado, o urbano não é um espaço delimitado geograficamente em oposição ao rural e/ou sinônimo de industrial ele preserva características que o diferenciam destes dois últimos campos e, ao mesmo tempo, esses espaços se entrelaçam em uma negação inclusiva. Entre essas características estão as condições e os modos de vida de uma população que migra do meio rural para buscar trabalho nas indústrias, mas que traz na “bagagem” muito de suas tradições. Porém, as condições de existência, tanto no que se refere à indústria quanto fora dela, traduzem-se em formas de habitar, em que as relações sociais são tecidas, cada vez mais, por meio da mercadoria, acentuando-se os processos de reificação.⁷

⁷ “É no modo de produção que universaliza a lógica mercantil – isto é, no modo de produção capitalista – [...] o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas. [...] reificação (em latim, *res = coisa*; reificação é pois sinônimo de *coisificação*) é peculiar às sociedades capitalistas; [...]” (NETO e BRAZ, 2006, p. 93, grifos dos autores).

Então, a industrialização e a urbanização são traços marcantes da vida urbana, encharcados de valores e práticas que expressam a desigualdade e a dominação estrutural entre burguesia e proletariado, levando a uma ascendente transformação do solo urbano⁸ em mercadoria, passando a ser explorado para as mais diversas finalidades – entretanto, sempre para a valorização do capital. E é a partir dos interesses dominantes de mercantilização que os mapas das cidades vão-se desenhando, formando os “centros” e as “periferias”, num movimento de inclusão/exclusão que, desde a origem do capitalismo, fundamenta-se na inclusão precária⁹ no mundo das trocas. Essa inclusão marginal está relacionada a processos de integração econômica, mas com degradação moral, ou seja, com ausência das condições de dignidade humana que ultrapassam a dimensão econômica, porém fundadas na mesma (MARTINS, 2003).

[...] os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumaniza em habitantes de favelas; a família estava a caminho da perdição e grandes áreas do país desaparecem rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos [...] referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como verdadeiro abismo de degradação humana (POLANY, 2000, p. 58).

O urbano cria guetos que podem ser considerados cidades fora da cidade, e, na lógica capitalista, o direito de habitar como direito à vida, assim como outros direitos sociais, é secundarizado no âmbito do desenvolvimento da sociedade moderna e a liberdade de oportunidade frente ao mercado transforma-se no centro da organização social, independentemente da realidade objetiva vivenciada pelos indivíduos. Isso revela que, para a “[...] maioria, os benefícios da sociedade moderna são escassos – não há, em quantidade suficiente, boas escolas e professores, hospitais bem aparelhados, médicos, nem mesmo alimentação nutritiva” (GOLDSMITH, 1994).

Dessa forma, a cidade, além de se tornar palco das desigualdades, passa a ser objeto de disputa, de distribuição desigual do seu espaço. Nesse sentido, passa a ser o lugar da “projeção das relações sociais no solo”, esta entendida como uma das três dimensões que compõem o fenômeno urbano. Nessa dimensão, as relações são “[...] as mais abstratas, oriundas da mercadoria e do mercado, dos contratos e quase-contratos entre os ‘agentes’ à escala global. [...] sob este ângulo, podem [fenômeno e espaço urbano] ser considerados como ‘abstrações concretas’” (LEFE-BVRE, 1999, p. 85).

⁸“O solo urbano – é o terreno que pode ser cada vez mais valorizado e fonte de lucros sempre maiores [...]” (LES-BAUPIN, 2009, p. 1, grifos do autor).

⁹Para se entender a processualidade entre exclusão e inclusão, busca-se “[...] a ideia sociológica de processo de exclusão (entendidos como processo de exclusão integrativa ou modos de marginalização)” (MARTINS, 2003, p. 16).

No que se refere à segunda dimensão do urbano, este também é “lugar e terreno onde as estratégias se confrontam”; e sobre a terceira dimensão, pode-se dizer que ela trata da “prática urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 85). Essas dimensões estão articuladas aos níveis apresentados anteriormente: o global, o misto e o privado. A dimensão da projeção localiza-se no nível mais global; a das estratégias de ação, no nível misto; e a das práticas urbanas, no privado. Observa-se ainda que o global tem como foco direcionar o privado, ou seja, o habitar, e o misto expressa-se na medição entre esses dois primeiros. Para tanto, utiliza-se de instrumentos de coerção e/ou de hegemonia. Nessa perspectiva, a noção de Estado ampliado é fundamental para a análise do urbano como solo de embate, pois possibilita reconhecer nesse tecido social (tramado entre os seus níveis e dimensões) as lutas e as formas de resistência entre as classes, já que tanto o Estado quanto a sociedade civil não podem ser percebidos apenas como:

[...] território exclusivo da burguesia, reservado apenas às suas iniciativas econômicas e à estrutura da sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci percebe que este espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam suas associações, articulam as suas alianças, conformam seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico (SEMERARO, 2005, p. 13).

Para se geoprocessar as desigualdades socioterritoriais, é essencial a ligação desses níveis e dessas dimensões como uma trama através da qual se reconhecem as especificidades do tecido urbano e de sua malha em cada período histórico; assim também para se entender a relação de subordinação que se constrói do meio rural frente ao industrial e das periferias diante das regiões centrais nas cidades. Como exemplo da complexidade desse fenômeno, citam-se, a partir de pesquisas¹⁰ que estudam a industrialização do país, algumas características do estado de São Paulo como berço da indústria nacional, mais especificamente a cidade de São Paulo. Esta é apresentada como: a cidade da indústria, da miséria, mas também da resistência (GOLDSMITH, 1994). Esses estudos reforçam o vigor do conceito urbano como *locus* de contrastes e como um dos palcos da questão social, sobretudo com seus traços peculiares. No que se refere à “cidade da indústria”, esta é mencionada como farol para o futuro, onde os “donos da cidade” tiram lucros enormes a partir de seu dinamismo e diversidade. “Alguns usam o dinheiro para viver em luxo [...]. Muitos reinvestem no milagre brasileiro” (GOLDSMITH, 1994, p. 17).

Já a “cidade da miséria” é exemplificada a partir das imensas desigualdades e entre essas:

Crianças vivem nas ruas e famílias se espremem em barracos de papelão com folhas de metal. Mendigos e camelôs congestionam

¹⁰ Entre os estudos, citar-se *São Paulo Passado e Presente: As Lutas Sociais e a Cidade*, do ano de 1994, tendo como organizador da obra Lúcio Kowarick.

as calçadas. Para muitos dos que trabalham em fábricas, o salário é insuficiente para cobrir as despesas: parecem mais sobreviventes da Manchester de Dickens que empregados de companhias modernas (GOLDSMITH, 1994, p. 17).

Por vezes, as comunidades localizadas nas periferias são descontextualizadas da “violência de cima”, caracterizada por “[...] três elementos explosivamente combinados: o desemprego, o exílio em bairros degradantes e a estigmatização na vida cotidiana, em geral, associada às dimensões éticas-raciais e de gênero” (BEHRING, 2004, p. 174). Uma significativa parcela da população urbana é segregada do acesso a cidade e ainda estigmatizada pelo fato de residir em zonas consideradas “violentas” e “marginais”.

Mas há também a “cidade da resistência”, que traz em seu conteúdo o conjunto das formas de mobilização e organização social frente às desigualdades e as necessidades específicas da vida nas cidades, ou seja, oriundas da cidade industrial. Essas desigualdades estão imbricadas com o desenvolvimento de cada país, e, em destaque no Brasil, pode-se reconhecer que neste “[...] vasto e empobrecido interior do país; as questões urbanas abrangem a migração de camponeses famintos e trabalhadores rurais para as cidades” (GOLDSMITH, 1994, p. 29), revelando, assim, que as questões urbanas envolvem a relação entre o rural e o industrial e não a simples soma das particularidades dos mesmos. Isso porque as desigualdades socioterritoriais e as manifestações de resistência do espaço urbano se conformam no processo histórico desses dois campos, o que implica reconhecer-se que, a “[...] despeito dos obstáculos criados por esses recém-chegados, as lutas políticas dos trabalhadores da indústria foram progressiva e ligeiramente mais bem-sucedidas, ainda que com altos e baixos [...]” (GOLDSMITH, 1994, p. 29).

Em suma, há nesse contexto três elementos urbanos que transcendem as experiências da urbanização de São Paulo, da América Latina ou ainda de países de capitalismo desenvolvido, pois esses marcam, de forma geral, as lutas sociais e a cidade. São eles: “a indústria, a pobreza e a resistência” (GOLDSMITH, 1994, p. 18). A tensão a partir da luta de classes que se estabelece sob e entre esses elementos engendra a dinâmica entre conformismo e resistência (CHAUÍ, 1986). Alguns conteúdos da geografia crítica, de temporalidade e espacialidade histórica, tais como as categorias do “mundo da rua,¹¹ do mundo da casa¹² e do outro mundo¹³, permitem mostrar esse movimento assumido pelos fenômenos urbanos, que se manifestam ora como resistência, ora como conformismo, contribuindo também para a sistematização da relação entre as “[...] propriedades topológicas do espaço urbano,

¹¹ “O mundo da rua é o espaço formal, legal, da individualidade anônima, do mercado e da sociabilidade capitalista” (CHAUÍ, 1987, p. 134).

¹² “O mundo da casa é o mundo pessoal, onde cada um possui identidade reconhecida, regido por valores de lealdade e amizade, de respeito e fidelidade aos parentes, compadres, amigos e vizinhos, tecidos por relações de favor e onde se transmitem experiência e informações” (CHAUÍ, 1987, p. 134).

¹³ “O outro mundo é a região do sagrado, dos milagres e aspirações, dos ‘trabalhos’ e dos ‘despachos’ encomendados aos espíritos, espaço onde os indivíduos são hierarquizados em termos do que é puro, santo ou espiritualmente adiantado, e é o mundo no qual se promete justiça final” (CHAUÍ, 1987, 134).

tais como: o público e o privado, o alto e o baixo; o aberto e o fechado, o simétrico e o não-simétrico; o dominado e o residual etc.” (LEFEBVRE, 1999, pp. 85-6). Isso porque, ao se resgatarem esses diferentes “mundos”, a “rua”, por exemplo, pode ser percebida e usada como expressão do interesse privado e/ou como espaço público e coletivo, ou seja, momento de “sair de casa” para compor outros coletivos em marcha contra o *status quo* e para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho nas indústrias. Essas vivências alteram as formas e os conteúdos elaborados no habitar dos sujeitos (GOLDSMITH, 1994; LEFEBVRE, 1999), o que pode ser contextualizado nos seus aspectos socioespaciais que se apresentam nas histórias das cidades:

[...] moradores de bairro engajaram-se em lutas por território, defendendo-se contra os outros, contra os proprietários, e contra o Estado. Parte extraordinária de São Paulo é a solidariedade mútua que existiu entre o local de trabalho e o lar, entre a fábrica e a casa, à medida que os trabalhadores oprimidos e habitantes empobrecidos aprendiam uns com os outros, protegiam-se mutuamente, e partiam alternadamente para a linha de frente (GOLDSMITH, 1994, p. 31).

Dessa forma, é a partir do reconhecimento do habitar, do cotidiano, que se pode desvendar a utilização e a divisão do solo urbano com base num movimento metodológico que parte do singular e não do “monumental”, pois é nesse vivido do homem que sofre para garantir sua subsistência, mas que luta por uma cidade mais justa, que se podem elaborar os nexos e as explicações entre esse habitar e o geral (LEFEBVRE, 1999).

Algumas Considerações Finais

A descoberta do percurso sócio-histórico da formação da sociedade urbana no Ocidente permite compreenderem-se o fenômeno urbano e ainda a “cidade do capital” a partir de um processo que é dinâmico e dialético (LEFEBVRE, 1999a). Nesse sentido, não se admite representar esse fenômeno como uma realidade autônoma, mas fruto do movimento contraditório de superação e conservação de características das cidades agrária e comercial, tendo como prevalência os interesses industriais frente ao rural. Porém esse fenômeno não se limita ao campo industrial, apresentando-se como espaço de fruição aberto às contradições e aos conflitos que emergem da fundação da cidade industrial, no que concerne a esse solo ser tanto de valorização do capital quanto de produção de identidades rebeldes e propositivas com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse percurso de mudanças da cidade para a sociedade urbana, evidenciam-se fases críticas, forjadas por “pontos cegos”, que se revelaram como zonas de crise, que potencializaram saltos qualitativos no que se refere aos parâmetros de sociabilidade da civilização ocidental e, ao mesmo tempo, uma progressiva, mas não linear, ascensão da propriedade privada sobre a coletiva. Tal fato relaciona-se à divisão de classes, do trabalho e dos espaços socioterritoriais tanto no meio rural

quanto na cidade. Nesse palco, o mapa urbano é composto por espaços de segregação e exclusão para um contingente que passa a viver na cidade, mas sem acesso a ela, evidenciando-se que se trata da (re)produção das formas de inclusão marginal e/ou integrativa. Isso significa que a maioria dos trabalhadores vive, nas cidades, em condições desumanas de habitação, e, mesmo que alguns deles tenham trabalho, passam a ser estigmatizados por morarem em determinadas regiões consideradas “violentas” e/ou “marginais”. Por vezes, esses locais ficam distantes dos equipamentos e dos serviços sociais. Essa realidade deve ser contextualizada na progressiva transformação do solo das cidades em mais uma mercadoria a ser explorada pelo capitalista e utilizada como instrumento de controle da pobreza e dos mecanismos de resistência, entre eles, os movimentos sociais urbanos.

Evidencia-se ainda que, embora a linha temporal do urbano mostre uma sequência cronológica, esta não é homogênea em todas as sociedades, exigindo, desse modo, que se agreguem à análise das formas e do conteúdo do urbano as categorias do território e da territorialidade. Esse conceito de território vivido e de entrelaçamento entre os níveis do global, do misto e do privado com as dimensões de projeção das relações, das estratégias de confronto e da prática urbana é que particulariza e contextualiza a formação do fenômeno urbano em cada sociedade. Por meio dessa rede de categorias e práticas sociais, podem-se desvendar as particularidades das desigualdades socioterritoriais, bem como dos mecanismos de resistência que se constroem no solo urbano e que fazem da cidade um dos palcos para as expressões da questão social. Assim, as formas de desigualdade e de rebeldia estão intimamente ligadas à formação sócio-histórica de cada país, bem como à relação entre os países. Isso porque as especificidades dos territórios estão relacionadas à ocorrência da urbanização desigual nos âmbitos nacional e internacional.

Por fim, ao se percorrer parte da histórica da sociedade burguesa no que se refere ao urbano, observa-se que a luta por liberdade e cidadania permeia as contradições que engendram o conformismo e a resistência entre as classes sociais, princípios que forjam uma cultura política expressa na tensão entre aqueles que veem a cidade como mercadoria e os que defendem o direito universal a ela.

Referências Bibliográficas:

- BEHRING, Elaine R. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, Ivete et al. (orgs.). *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UNB, Programa de Pós-Graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COULON, Olga Maria A. Fonseca e PEDRO, Fábio Costa. *A Revolução Industrial e o capitalismo*. Disponível em: <<http://br.geocities.com/fcpedro/rindus01.html>>. Acesso em 30 junho. 2009.
- GOLDSMITH, William W. Introdução à edição americana. São Paulo, cidade mundial: indústria, miséria e resistência. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *São Paulo passado e presente: as lutas sociais e a cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e território vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.
- LESBAUPIN, Ivo. *Espaço urbano*. Disponível em: <http://vinculando.org/brasil/movimentos_populares.html>. Acesso em 10 junho. 2009.
- MARTINS, J. de SOUZA. *Exclusão e desigualdade social*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTINS, Sérgio. Prefácio. In: LEFEBVRE, Henri. (org.). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 7-13.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 16 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MENEGAT, Elizete. Questão social e crise urbana na atualidade: um roteiro a partir da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral; FERNANDES, Lenise Lima e MAIA, Rosemere Santos. *Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Editora Arco-íris, 2008.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à visão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 5 ed. São Paulo: Editora Campus, 2000.
- SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maia Laura. *O Brasil: territórios no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e o Brasil: da sociedade de massas à sociedade civil, a concepção de subjetividade em Gramsci*. Disponível em <www.artnet.com.br/gramsci/arquiv65.htm>. Acesso em 23 agosto. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Política urbana e serviço social. *Praia Vermelha. Política social e teoria social: elementos históricos e debate atual*, n. 18. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, 1º semestre de 2008.

Recebido em 03 de agosto de 2009.

Aceito para publicação, em 28 de outubro de 2009.

Bandeirola com Detalhe em forma de folha de trevo (1581).

